

PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS DE GÊNERO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Graciele Mendes de Carvalho ¹
Orientadora: Zuleide Paiva Silva ²

RESUMO

Este trabalho refere-se a um recorte de uma revisão sistemática das pesquisas que discutem gênero e Educação Infantil. A pesquisa foi realizada no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) considerando teses e dissertações defendidas no período de 2010-2017. A partir dos estudos encontrados, foi possível verificar os eixos que se concentram as pesquisas e selecionadas para esse recorte as pesquisas que se dedicam às concepções e práticas da comunidade escolar sobre a questões de gênero. Estas pesquisas apontam que ainda há uma visão binária, essencialista e heteronormativa sobre as identidades sexuais e de gênero; recursos e dispositivos pedagógicos que reforçam hierarquias entre os sexos; organização do espaço que enquadra e normatiza crianças em uma lógica dualista, e, ainda, pouca implicância das/os educadoras/es em mudar práticas sexistas. Esses dados mostram o quão é relevante resistir às concepções e práticas hegemônicas e fazer da formação docente em exercício, um espaço para favorecer experiências que ressignifiquem o ser criança e o ser docente em prol de uma educação não sexista.

Palavras-chave: Gênero, Educação Infantil, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), a Educação Infantil (EI) é a primeira etapa da Educação Básica, que tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de até 05 anos de idade, sendo ofertada em creches (0 - 3 anos), e pré-escolas (4 - 5 anos). Nessa esfera de ensino, existem algumas particularidades que a diferencia das demais. Além de marcar o início da experiência discente, a EI é um espaço onde as crianças têm a oportunidade de conviverem em um grupo mais amplo de diferenças, daquelas vivenciadas no seio familiar, ainda, no percurso da EI, as crianças estão na fase considerada a mais importante para o seu desenvolvimento no aspecto cognitivo, social e psicológico: a primeira infância. Nesse período se desenvolvem os

¹ Psicóloga pela Universidade Tiradentes (UNIT); Mestranda do curso Educação e Diversidade da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, gracielli.psicologia@gmail.com;

² Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia; Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia- UFBA, eidepaiva@gmail.com;

primeiros valores e noções sobre comportamento, sobre a influência das interações e meios que a criança vivencia (BRAGA; SANTOS, 2017).

As crianças, a partir das experiências sociais iniciais, apreendem os primeiros valores e noções sobre comportamento, e mesmo ainda muito pequenas, percebem nas relações entre pares e adultos, que as diferenças entre os sexos vão além do físico, incorporando consequentemente, normas diferenciadas segundo o sexo que possuem. Uma vez que a EI “não só cuida do corpo da criança, como o educa: ele é o primeiro lugar marcado pelo adulto, em que se impõem à conduta dos pequenos os limites sociais e psicológicos. É o emblema no qual a cultura inscreve seus signos” (VIANNA; FINCO, 2009, p. 271), esta instituição se torna, além da família, um importante ambiente na construção e/ou manutenção de hierarquias. A escola a partir da organização dos espaços, expectativas, brinquedos e brincadeiras validadas colaboram para a segregação de meninas e meninos, reforçando os estereótipos sociais de gênero e outros marcadores discriminatórios. A prática pedagógica da/o docente tem importante contribuição na disseminação da cultura sexista, assim como pode ser um potente instrumento para o enfrentamento do *status quo*.

Enveredada por essas discussões e a conhecer os mapas em aberto da produção de pesquisa acadêmica na pós-graduação sobre a temática de gênero e EI³, este estudo parte das seguintes questões: Como as teses e dissertações têm abordado as concepções e as práticas pedagógicas? As práticas pedagógicas estão sendo utilizadas para o enfrentamento das discriminações de gênero no ambiente escolar? Diante dessas questões, este estudo visa verificar como as teses e dissertações têm abordado as concepções e as práticas pedagógicas e se estas têm sido vistas como instrumento de combate ou disseminação da educação sexista.

Para atingir os objetivos, foi realizada uma revisão sistemática, a partir de pesquisas do banco de dissertações e teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ligada à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Através dos descritores “gênero” e “educação infantil” e dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionadas 43 dissertações e 04 teses que discutem gênero e EI. Para esse recorte foram selecionadas as pesquisas que problematizam os discursos e as práticas pedagógicas na EI frente às questões de gênero.

³ Importante pontuar que essa revisão sistemática corresponde a primeira etapa de uma pesquisa de mestrado em curso realizada na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Mesmo não sendo tão recente a inserção dos estudos de gênero na educação, não podemos asseverar que esse campo está consolidado, uma vez que há poucos estudos, sobretudo quando se refere à EI, denotando a importância de se desenvolver estudos voltados à problematização do gênero nessa esfera de ensino, em especial discutindo a prática pedagógica. Os estudos que analisam a prática pedagógica apontam para a persistência de práticas sexistas e essencialistas quanto às identidades sexuais e de gênero. Além de aprofundamento sobre os estudos de gênero na EI, essa revisão sistemática pode contribuir referencialmente para pesquisas sobre a temática, e oferecer notoriedade aos tensionamentos e avanços que se constitui o território de pesquisas sobre gênero e EI.

METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo descritivo de revisão sistemática. O levantamento de material bibliográfico realizado no período de setembro à novembro de 2018 considerou teses e dissertações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ligado à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que se referirem aos descritores: Gênero e Educação Infantil. Não foram utilizados outros descritores, pois a intenção era conhecer, inicialmente, como vem sendo discutido gênero e EI nas produções de pós-graduação, para após focar nas produções que problematizam os discursos e as práticas pedagógicas.

Como critério de inclusão foram consideradas as teses e dissertações realizadas em universidades brasileiras no lapso de tempo 2010 a 2017. Após o recorte de tempo, os resumos foram lidos e considerados os trabalhos que apresentavam os descritores no título, no resumo e /ou nas palavras-chave. Após a inclusão das dissertações e teses que se enquadram nesse critério a segunda etapa se caracterizou pela leitura dos resumos a fim de verificar se os estudos eram empíricos e realizados exclusivamente na área da EI. Também, foram excluídas as pesquisas que, após a leitura e análise criteriosa não faziam menção de forma específica à temática aqui abordada, assim como estudos repetidos.

Após estes procedimentos, foram selecionadas 43 dissertações e 04 teses. Nestes estudos foi averiguada a posição geográfica das universidades, objeto de análise dos estudos, sexo das/os pesquisadoras/es e orientadoras/es, quantitativo de estudos por região, e a

prevalência desses trabalhos em instituições públicas e privadas, e após, analisadas os estudos que problematizam os discursos e as práticas pedagógicas na EI (08 pesquisas) referente às questões de gênero, foco desse texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, as pesquisas que compõem essa revisão bibliográfica sistemática:

Tabela 1 - Pesquisas da revisão bibliográfica sistemática (2010-2017)

TÍTULO DA PESQUISA	AUTORA	ANO DA DEFESA	INSTITUIÇÃO
Dissertação- Gênero/sexo/sexualidade: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador.	MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana.	2014	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Dissertação - Relações de gênero em crei: a interdiscursividade em relatos de profissionais da educação infantil e a formação continuada.	FREITAS, Geiza Coutinho De	2017	Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Dissertação - Trajetória social e sexualidade: a estruturação da identidade de gênero na educação infantil.	OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli De;	2017	Universidade Estadual Paulista UNESP
Dissertação - Direitos humanos e gênero na educação infantil: concepções e práticas pedagógicas.	ORIANI, Valeria Pall	2011	Universidade Estadual Paulista UNESP
Tese- Relações de gênero e sexualidade na educação infantil: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas	Valeria Pall Oriani	2015	Universidade Estadual Paulista UNESP
Tese - Concepções de mães, pais e educadoras sobre desenvolvimento infantil e gênero	VASCONCELOS, Dalila Castelliano	2017	Universidade Federal da Paraíba UFPB
Dissertação – Educação em sexualidade, sexualidade e gênero: desafios para professoras(es) do ensino infantil.	BORGES, Rita de Cassia Vieira	2015	Universidade Estadual Paulista – UNESP
Dissertação - Memórias de infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as.	CESPEDES, Cristiane Rojas	2015	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Miranda (2014) em sua pesquisa de mestrado debruçou-se a analisar se a prática pedagógica nessa esfera de ensino cristaliza assimetrias de gênero, partindo da

interseccionalidade gênero/sexo/ sexualidade. Para isso, utilizou-se de observação direta da prática docente, e grupo focal com 31 professoras /es a fim de compreender as representações sociais sobre gênero/sexo/sexualidade. Verificou que as práticas docentes apontam para uma pedagogia da masculinidade para os meninos, e pedagogia da feminilidade para as meninas, ou seja, condutas que visam à manutenção dos estereótipos e normatização das hierarquias sociais de gênero e sexualidade.

Freitas (2017), através da análise dos interdiscursos de professoras, berçaristas e monitoras da EI pontua que apesar de avanços nas discussões sobre gênero, as colaboradoras da pesquisa desconhecem os estudos de gênero, assim como, as meninas e os meninos da EI ainda recebem educação diferenciada segundo o sexo que possuem. Como a pesquisa versou de um mestrado profissional, enquanto intervenção a pesquisadora sugeriu uma formação continuada com intuito de problematizar algumas questões, a exemplo: o marcador de gênero no uso do banheiro; organização de filas; papel do homem e da mulher no contexto social; as cores numa perspectiva de gênero; banho como momento de prazer; organização das/os alunas/os nas mesas durante a refeição. A formação continuada tinha o propósito de funcionar metodologicamente a partir de oficina de leituras – além da discussão de textos que abordam assuntos relacionados à temática de gênero e EI – a autora sugeriu uma roda de conversa para que as colaboradoras pudessem recordar sua infância e os marcadores de gênero vivenciados nela, a exemplo dos tipos de brinquedos, vestimentas, preferências de cores e objetos.

O estudo de Borges (2016) buscou verificar as concepções sobre sexo e sexualidade na educação e educação em sexualidade assim como compreender como se direciona o trato pedagógico frente à manifestação de sexualidade das/os alunas/os. Borges (2016) ressalta a importância de realizar essa pesquisa na esfera da EI por conceber “o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, cujo processo de construção se inicia na infância”; e a “centralidade da Escola na socialização de meninos e meninas” (BORGES, 2016, p. 07). A partir de observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas - com diretora (01), docentes (09), merendeiras (02) e auxiliares de serviços gerais (02) a autora verificou que as colaboradoras da pesquisa reconhecem que a sexualidade das crianças provém da natureza, portanto, vivenciada de forma universal, e o órgão genital como norteador do gênero feminino e masculino.

Através da história oral, com foco na narrativa (auto) biográfica, Cespedes (2015) investigou com duas professoras e dois professores da EI – do município de Rondonópolis, Mato Grosso - os significados que “atribuem às relações de gênero e à sexualidade a partir das experiências construídas no espaço escolar em suas histórias de vida e das interações estabelecidas com as crianças no cotidiano de suas atividades pedagógicas, manifestados em suas narrativas” (CESPEDES, 2015, p. 07).

Segundo a pesquisadora a discussão sobre gênero e sexualidade tem gerado desconforto entre as professoras, principalmente na esfera da EI, porque se pensa que essa temática não deve ser discutida com crianças pequenas. Foi evidenciado nas narrativas, que a sexualidade é percebida como um fenômeno biológico, e somente sob esse viés que deve permear a discussão sobre sexualidade no cotidiano da EI. Além da relação corpo - natureza, a criança é percebida como inocente e o binarismo feminino e masculino - além dos discursos heteronormativos - permeiam a prática dessas/es professoras/es. A pesquisadora ressalta que a escola deve ser utilizada como uma arena política, e que gênero e sexualidade devem ser trabalhados na educação, a fim de romper com perspectivas normativas e binárias.

Oliveira (2017) analisou em sua dissertação como “a herança cultural e familiar pode interferir na estruturação do *habitus*, no que diz respeito ao processo de construção da identidade de gênero desses agentes e das crianças vinculadas a eles” (OLIVEIRA, 2017, p. 12). Enquanto colaboradoras da pesquisa, contou com a diretora, auxiliar de escritório e professora de uma escola particular. A partir das análises das informações, constatou que há reprodução de mecanismos de dominação aprendidos durante suas trajetórias. Segundo as /os colaboradoras /es da pesquisa, a temática de gênero deve ser discutida somente com os pais, ou seja, esse assunto não deve adentrar a escola. De forma geral evidenciou que a escola não vem tratando de forma adequada às questões referentes à sexualidade e gênero. Ressalta a importância de formação continuada para discussão desses temas.

Oriani (2011) a partir das observações em campo e entrevista com professora, professor, diretora, coordenadora e atendente de classe verificou que as colaboradoras da pesquisa “compreendem que as questões de gênero existem e permeiam suas práticas. Ele e elas parecem desconhecer como lidar com essa perspectiva e, portanto, buscam as referências que lhes são propostas socialmente” (ORIANI, 2011, p. 151), assim a professora se reconhece como mãe das crianças e o professor se esforça para ser mais sensível com estas, além de ser

visto pelas/os colegas como pai das alunas/os. O professor para não ter problemas com familiares prefere incentivar determinadas brincadeiras/brinquedos para meninas e meninos. A coordenação mesmo reconhecendo que a orientação sexual não é influenciada pelos brinquedos, ou escolhas das cores dos materiais, prefere manter a prática. A pesquisadora enfatiza que as práticas pedagógicas refletem binarismos, e a professora e professor não sabem lidar com essas situações.

Oriani (2015) na sua tese de doutorado - através de entrevistas com educadoras - analisou as relações de gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas da EI. A autora verificou que há uma confusão quanto aos significados de sexualidade e sexo, por vezes compreendidos como sinônimos. As colaboradoras negam a existência da sexualidade nas crianças pequenas, e quando as mesmas não são silenciadas, são vistas como resultado de desestruturação familiar. Além disso, recorrem para os valores morais ou religiosos, assim como buscam a família – ou solicitam intercessão de psicólogo, coordenação pedagógica - diante de casos de masturbação. Importante ressaltar, que as intervenções das/ os colaboradoras /es frente a masturbação diferenciou segundo o sexo da criança, onde as meninas são coibidas e punidas, e os meninos educados a continuarem fazendo, a exceto em locais públicos.

Vasconcelos (2017) em sua pesquisa de doutorado entrevistou 40 mães, 40 pais – 20 de meninas e 20 de meninos – e 20 professoras (atuantes em escolas públicas e privadas) com o objetivo geral de “identificar e analisar as concepções de mães, pais e educadoras de crianças de dois e três anos de idade a respeito do desenvolvimento infantil e das relações de gênero na infância” (VASCONCELOS, 2017, p. 103). A análise das informações trouxeram dados interessantes, entre eles, destaque: Mães, pais e educadoras definem meninas e meninos de forma antagônica, sendo que 65% de mães e pais de meninas, assim como 25% das professoras afirmaram que utilizam práticas sexistas com meninas. Mas, evidenciou-se que os meninos são mais vigiados, ou seja, ocorrem mais interferências, elevando a porcentagem para 95% entre mães e pais de meninos, e 65% das educadoras. Verificou ainda, que o nível socioeconômico e educacional pode interferir nas concepções e práticas sexistas, onde, quanto menor, mais rígidas as concepções de gênero. Nesse estudo, as mães e educadoras com maior nível socioeconômico, contribuem para o movimento de equidade de gênero durante infância, diferente dos pais, mais sexistas que as mães. As educadoras também reproduzem

diferenciação segundo o sexo, mas em menor grau comparado aos responsáveis pelas crianças.

Vasconcelos (2017) traz algumas considerações/recomendações quanto a futuras pesquisas. Entre essas, que os estudos deveriam priorizar a observação de crianças (em diversos ambientes, inclusive em casa). A idade de 02 anos seria uma idade privilegiada para as observações, uma vez que a partir do terceiro ano a criança já repercute estereótipos de gênero, não carecendo assim, tantas interferências sociais. Ainda, propôs a análise de grupos controles para construção de escalas psicológicas para aferir o grau de estereotipia de gênero durante a infância, com possibilidades de aplicação em adultos quanto em crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo não sendo tão recente a inserção dos estudos de gênero na educação, não se pode afirmar que esse campo está consolidado, uma vez que não há muitos estudos, sobretudo quando se dirige à EI, denotando a importância de outros estudos voltados a essa temática.

A análise dos estudos que compuseram esse recorte sugere que ainda há uma visão binária, essencialista e heteronormativa sobre as identidades sexuais de e gênero; recursos e dispositivos pedagógicos que reforçam hierarquias entre os sexos; organização do espaço que enquadra e normatiza crianças em uma lógica dualista; e oposição das/os educadoras/es em mudar práticas sexistas. As pesquisadoras apontam para a formação continuada como instrumento importante na desconstrução de práticas sexistas. As autoras Borges (2016), Freitas (2017), Céspedes (2015) e Miranda (2014) convergem entre si quando sinalizam a importância da formação continuada e em exercício de professoras/es abordarem questões referentes a sua trajetória de vida, principalmente com foco nas experiências sobre sexualidade e gênero. Essas autoras partem do sentido de que não há uma prática pedagógica dissociada da personalidade da /o docente.

A partir desses estudos, é possível reforçar a relevância de resistir às concepções e práticas hegemônicas, e fazer da formação docente em exercício, um espaço para favorecer experiências, vivências pessoais que possibilitem uma ressignificação do ser criança, do ser professora e professor, principalmente na EI, para o incentivo em cursos de formação a uma perspectiva feminista, para subverter e desafiar práticas e saberes hegemônicos, contribuindo, de forma mais ampla, para a desconstrução de estereótipos de gênero, racistas e

heteronormativas que estruturam a sociedade, oprimindo mulheres e homens em suas especificidades.

REFERÊNCIAS

BORGES, R. de C. V. **Educação em sexualidade, sexualidade e gênero: desafios para professoras (es) do Ensino Infantil.** 188f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, São Paulo, 2016.

BRAGA, S. O; SANTOS, R. **Relações de gênero e educação infantil: alternância de papéis e ludicidade.** *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro SP, 4 (1): 249-273, 2017.

CESPEDES, C. R. **Memórias de Infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as.** 78 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2015.

FREITAS, G. C. de. **Relações de gênero em CREI: a interdiscursividade em relatos profissionais da educação infantil e a formação continuada.** 75f. Dissertação (mestrado em Linguística e Ensino) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.

MIRANDA, A. C. de S. **Gênero/Sexo/Sexualidade: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, M. F. C. **Trajetória Social e Sexualidade: a estruturação da identidade de gênero na Educação Infantil.** 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, 2017.

ORIANI, V. P. **Direitos humanos e gênero na Educação Infantil: concepções e práticas pedagógicas.** 2010, 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

ORIANI, V. Pa. **Relações de gênero e sexualidade na educação infantil: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas.** 101f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

VASCONCELOS, D. C. de. **Concepções de mães, pais e educadoras sobre desenvolvimento infantil e gênero.** 280f. Tese (doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

VIANNA, C; FINCO, D. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder.** *Cadernos pagu* (33), julho-dezembro de 2009:265-283.